DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DA PENHA

6016.2017/0029404-4

TORNANDO INSUBSISTENTE A PUBLICAÇÃO NO DOC DE 19/10/22, PÁG.19.

PORTARIA Nº 343, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022.
SEI 6016.2017/0029404-4

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL

DESPACHO DO DIRETOR REGIONAL DE EDUCACAO

BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS

6016.2023/0006365-5 – CEU CEI PARQUE SÃO CARLOS - A vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações no memorando nº 01/2023, com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 5.318 de 24/08/2020 e ainda, nos termos do Decreto nº 53.484/12 alterado pelo Decreto 56.214/15 e Portaria SF n.º 90/2022. AUTORIZO observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados no Anexo I do laudo de Vistoria nº 01/2023 (077399099) do processo administrativo supracitado, por se tratar de bens inservíveis.

6016.2023/0005830-9 – RECRENCIAMENTO EDUCACIONAL

PORTARIA Nº 019, DE 23 DE JANEIRO DE 2023

O Diretor Regional de Educação de São Miguel, no uso das atribuições legais conferidas pela Instrução Normativa No. 57 de 30/12/2021, e estando de acordo como as manifestações que constam no SEI 6016.2023/0005830-9, e

CONSIDERANDO:

- o disposto na Lei Federal nº 13.019/14 e Decreto municipal nº 57.575/16;

RESOLVE:

Art. 1º A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ASSOCIAÇÃO FILHAS DE MARIA, CNPJ: 19.263.694/0001-88, situada na RUA JOSÉ DIAS MIRANDA, 40 Bairro: São Miguel Paulista, São Paulo, fica credenciada, nos termos das Instrução Normativa SME 57/21, com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, por meio da Diretoria Regional de Educação DRE São Miguel.

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria comprova que a entidade detém condições para a prestação de serviços de Educação Infantil.

Art. 3º Para fins de comprovação do credenciamento efetuado, a Diretoria Regional de Educação São Miguel emitirá "Certificado de Credenciamento Educacional" que habilitará a Organização para a celebração de parceria com a Secretaria Municipal de Educação, na conformidade das normas específicas em vigor.

Art. 4º O Certificado referido no artigo anterior terá validade de 3(três) anos, podendo ser renovado.

Art. 5º O Certificado de Credenciamento Educacional poderá ser cancelado, a qualquer tempo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente, quando:

I – não mantidas as condições do credenciamento;

II – comprovada irregularidade na documentação;

III – a Organização parceira com esta Pasta for denunciada por inadiplência.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 20, DE 23 DE JANEIRO DE 2023

6016.2023/0006856-8

O Diretor Regional de Educação da Diretoria Regional de Educação São Miguel, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no Artigo 201 da Lei nº 8.989/79, alterada pela Lei nº 13.519/03 e o disposto no Decreto nº 43.233/03.

RESOLVE:

Art.1 – Fica constituída a Comissão de Apuração Preliminar composta pelos seguintes servidores, sob a presidência do primeiro nomeado e secretariado pelo último:

-Sérgio Luís Ferraz R.F. 743.603.3/2

-Juliana dos Santos Camaru R.F. 772.239.7/1

-Iara Ferreira Perez Villela R.F. 634.543.3/1

Art. 2 – A Comissão ora designada procederá à apuração dos fatos e eventuais responsabilidades, relativamente ao contido no P.A. nº 6016.2023/0006856-8, devendo apresentar o relatório conclusivo sobre o apurado no prazo de 20 (vinte) dias.

Art. 3 – Para o cabal cumprimento de suas atribuições, a Comissão poderá, dentre outros procedimentos, solicitar dados, levantamentos e informações, bem como examinar registros e quaisquer documentos que se fizerem necessários.

Art. 4 – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO BUTANTÃ

PORTARIA Nº 10, DE 09 DE JANEIRO DE 2023

Nº SEI: 6016.2023/0001566-9

O Diretor Regional da Diretoria Regional de Educação do Butantã, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no Artigo 201 da Lei nº 8.989/79, alterada pela Lei nº 13.519/03 e o disposto no Decreto Municipal nº 43.233/03

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Apuração Preliminar composta pelos seguintes servidores, sob a presidência do primeiro nomeado e secretariado pelo último:

- Maria de Fátima dos Santos Cerqueira, R.F. nº 690.693.1/1;

- Uelinton Aparecido Valeriano, R.F. nº 809.708.9/1;

- Zuleica Maria de Freitas Nicomedes, R.F. nº 780.555.1/1.

Art. 2º A Comissão ora designada procederá à apuração dos fatos e eventuais responsabilidades, relativa no contido no Processo SEI nº 6016.2023/0001566-9, devendo apresentar o relatório conclusivo sobre o apurado no prazo de 20(vinte) dias.

Art. 3º Para cabal cumprimento de suas atribuições, a Comissão poderá, dentre outros procedimentos, solicitar dados, levantamentos e informações, bem como examinar registros e quaisquer documentos que se fizerem necessários.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 20 DE 19 DE JANEIRO DE 2023

Nº SEI: 6016.2023/0003490-6

O Diretor Regional da Diretoria Regional de Educação Butantã, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no Artigo 201 da Lei nº 8.989/79, alterada pela Lei nº 13.519/03 e o disposto no Decreto Municipal nº 43.233/03

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Apuração Preliminar composta pelos seguintes servidores, sob a presidência do primeiro nomeado e secretariado pelo último:

- Aldo da Silva Matos, R.F. nº 622.947.6/2;

- Angela Maria Damaceno Reis Alves, R.F. nº 721.771.4/1;

- Carla de Castro Souza, R.F. nº 744.363.3/1.

Art. 2º A Comissão ora designada procederá à apuração dos fatos e eventuais responsabilidades, relativa no contido no Processo SEI nº 6016.2023/0003490-6, devendo apresentar o relatório conclusivo sobre o apurado no prazo de 20(vinte) dias.

Art. 3º Para cabal cumprimento de suas atribuições, a Comissão poderá, dentre outros procedimentos, solicitar dados, levantamentos e informações, bem como examinar registros e quaisquer documentos que se fizerem necessários.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 22 DE 23 DE JANEIRO DE 2023

Nº SEI: 6016.2022/0104876-3

O Diretor Regional da Diretoria Regional de Educação Butantã, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a necessidade de prosseguir os trabalhos da Comissão de Apuração Preliminar, constituída pela Portaria nº 375, de 11/10/2022, publicada no DOC de 14/10/2022, página 17.

RESOLVE:

Art. 1º Excluir da Comissão as servidoras Renata Alencar Lopes Garcia, R.F. nº 671.853.1/1 e Elaine de Araujo Alves dos Santos, R.F. nº 694.9274/3;

Art. 2º Incluir na Comissão os servidores Aldo da Silva Matos R.F. nº 622.947.6/2 e Carla de Castro Souza R.F. nº 744.363.3/1;

Art. 3º A referida Comissão passará a ser presidida pela servidora Angela Maria Damaceno Reis Alves, R.F. nº 721.771.4/1, e secretariada pela servidora Carla de Castro Souza R.F. nº 744.363.3/1;

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, mantendo inalteradas as demais disposições contidas na Portaria nº 375, de 11/10/2022.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MATEUS

SEI 6016.2023/0004825-7

PORTARIA Nº 12, DE 17 DE JANEIRO DE 2023

O Diretor Regional de Educação de São Mateus, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 3.581/18 com fundamento na Resolução CME nº 01/18, na Instrução Normativa SME nº 9/19 e do que consta no PA 2018-0.086.254-3 expede a presente Portaria:

Art. 1º A autorização de funcionamento concedido por meio da Portaria nº 35, de 10/04/2019, ao CEI EDUCADORES EM FOCO, localizado na Rua José Francisco dos Santos, Nº 39, Jardim Tietê - SP deixa de ter caráter provisório à vista da apresentação do documento expedido pela Municipalidade.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ESPORTES E LAZER

GABINETE DO SECRETÁRIO

SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI DESPACHOS: LISTA 1320

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

ENDEREÇO: RUA PEDRO DE TOLEDO, 1591

Processos da unidade SEME/AJ/Publicações

Interessado: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Assunto: Averiguação Preliminar

I - DESPACHO:

1. No uso da competência atribuída pela lei e à vista dos elementos coligidos ao processo, especialmente o relatório conclusivo elaborado pela Comissão de Apuração Preliminar instituída pela Portaria nº 113/SEME/2021 (055113599) e a manifestação da Assessoria Jurídica desta Pasta (066756296), DETERMINO o ARQUIVAMENTO do Processo nº 6019.2021/0003424-0, nos termos do inc. II do art. 102 do Decreto Municipal nº 43.233/2003, uma vez que não restou comprovada qualquer espécie de responsabilidade funcional, nem tão pouco restou demonstrada a ocorrência de fato irregular passível de correção.

II - PROVIDÊNCIAS POSTERIORES:

1. Publique-se

2. Encaminhe-se à SEME/DGEE para providências em prosseguimento.

CARLOS VIANNA

Secretário Municipal de Esportes e Lazer

SEME - G

FAVOR DESCONSIDERAR DOCUMENTO SEI! (077440596).

PORTARIA nº 017/SEME/2023

O Secretário Municipal de Esportes e Lazer, no uso das competências que lhe são atribuídas por lei, em especial pelo previsto na Lei Orgânica do Município de São Paulo (LOMSP) e no Decreto n. 40.780/2001, que dispõe sobre o uso, por terceiros, de áreas pertencentes à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME),

RESOLVE:

Art. 1º. AUTORIZAR a utilização dos equipamentos públicos CENTRO ESPORTIVO MODELÓDROMO DO IBIRAPUERA e PARQUE DAS BICICLETAS para a realização do Passeio Ciclístico Cidade de São Paulo, nos dias 24 e 25 de janeiro de 2023, das 06:00 às 18:00, pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CICLOMOBILIDADE, CNPJ 59.481.044/0001-23, tendo por responsável o Sr. Jose George Breve.

Art. 2º. AUTORIZAR a isenção do pagamento do preço público, com fulcro no art. 2º, inc. IV, do Decreto Municipal n. 40.780/2001, incluindo-se o evento descrito no art. 1º desta Portaria no Calendário da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME).

Art. 3º. Fica a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CICLOMOBILIDADE responsável por observar todos os protocolos de saúde em vigor, sobretudo em razão da atual pandemia decorrente do Covid-19.

Art. 4º. Fica SEME/DGEE/DEED/CE-MODE e CAF/DSI responsáveis em entregar a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CICLOMOBILIDADE o termo de responsabilidade previsto no art. 3º, do Decreto Municipal nº 40.780/2001, sendo os respectivos Coordenadores responsáveis também por fiscalizar o uso do espaço.

Art.5º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CARLOS VIANNA

Secretário Municipal de Esportes e Lazer

ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

GABINETE DO SECRETÁRIO

SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI DESPACHOS: LISTA 1320

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ENDEREÇO: RUA LÍBERP BADARÓ, 561

Processos da unidade SMADS/GAB/EXP

I - A vista do contido no presente processo administrativo, AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 01/SMADS/2023, objetivando o registro de preço para aquisição de 500 unidades de refrigerador frost free 240L, conforme especificações descritas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital, com fundamento na Lei Municipal nº 13.278/2002, no Decreto Municipal nº 44.279/2003, Decreto nº 46.662/2005, Decreto Municipal nº 56.144/2015 e nas Leis Federais nº 10.520/2002 e na Lei Federal nº 8.666/1993.

II - Fica designada para condução do certame a CPL constituída através da Portaria nº 85/SMADS/2022.

III - Em atendimento ao artigo 2º, §1º do Decreto 61.377/2022, fica designada para a condução do presente certame a Pregoeira Valdirene Nunes de Trindade, RF 915.612-7/1.

IV - Encaminhe-se à Seção de Licitações para elaboração e publicação do Edital nos termos da minuta aprovada e demais providências cabíveis.

FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI DESPACHOS: LISTA 1320

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

ENDEREÇO: VIADUTO DO CHÁ, 15

Processos da unidade SF/SUREM/DECAD/DICAM/DI-CAM1-07

- Divisão de Cadastro de Contribuinte Mobiliários - DICAM - Publicações da Unidade:

- A consulta ao Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM) e a emissão da Ficha de Dados Cadastrais - FDC estão disponíveis na Internet no endereço eletrônico: <https://ccm.prefeitura.sp.gov.br/login/contribuinte?tipo=F>, nos termos da Portaria SF nº 018/04, publicado do Diário Oficial do Município de 25/03/04. - A consulta à eventual débito está disponível na Internet por meio do DUC (Demonstrativo Unificado) no endereço eletrônico: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.

6017.2022/0072869-3 - CCM n.ºs 9.334.736-7, 2.056.805-3, 2.599.873-0 e 9.281.774-2. DETERMINO os cancelamentos dos CCMs em questão nas datas de: 09/02/2015, 31/12/2008, 31/12/2008 e 31/12/2008 respectivamente (referência: baixas dos CNPJs) em face das informações e documentos anexos ao presente processo administrativo.

6017.2023/0002659-3 - CCM n.º 4.058.113-6. DETERMINO o cancelamento do CCM em questão retroativamente à data de 03/02/2021 em face das informações e documentos contidos no presente processo administrativo.

6017.2023/0001589-3 - Defiro a reativação do CCM n.º 9.088.143-5, a partir de 20/09/2007, tendo em vista as informações constantes no presente.

6017.2022/0072869-3 - CCM n.º 6.539.829-7. DEFIRO o pedido do contribuinte e determino o cancelamento da inscrição no CCM em questão na data de: 16/12/2022 (referência: Protocolo de Cancelamento n.º 60.902.955) em face das informações e documentos anexos ao presente processo administrativo.

6017.2023/0002981-9 - Defiro a reativação do CCM n.º 9.775.081-6, a partir de 01/01/1999, tendo em vista as informações constantes no presente.

6017.2023/0002932-0 - Indefiro o pedido de reativação do CCM n.º 6.551.914-0, pois o Microempreendedor Individual ainda está estabelecido em outro município. É necessário primeiro fazer as alterações contratuais e o seu devido registro na JUCESP e no Portal do Empreendedor.

6017.2023/0001935-0 - Indefiro o pedido de reativação do CCM n.º 7.255.606-4, pois já existe CCM ativo (7.561.830-3) para o mesmo endereço e atividade.

6017.2023/0002188-5 - Indefiro o pedido formulado na inicial, tendo em vista as informações constantes no presente. Foi feita uma nova inscrição de ofício, CCM nº 7.566.899-8 em 16/01/2023.

6017.2023/0001323-8 - Indefiro o pedido de reativação do CCM n.º 2.671.006-4, pois o contribuinte está domiciliado em outro município.

6017.2023/0001694-6 - Indefiro o pedido de reativação do CCM n.º 5.631.912-6, pois o Microempreendedor Individual foi excluído dessa condição por falta de ALF.

6017.2023/0002431-0 - Defiro a reativação do CCM n.º 8.659.616-0, a partir de 01/09/1982, tendo em vista as informações constantes no presente.

GABINETE DO SECRETARIO

Processo Eletrônico: 6016.2022/0127239-6 – SME - Decreto nº 51.197/2010 - Portaria 255/2015. Face à competência estabelecida pelo Art. 5º do Decreto 51.197/10 e à vista dos elementos coligidos ao presente, especialmente nas manifestações jurídicas SEIs 076140972 e 077101738, que acolho como razão de decidir, DEFIRO a abedecidas todas as formalidades legais, o pedido de excepcionalização de pagamento no Banco do Brasil S.A formalizado no processo SEI!

nº 6016.2022/0127239-6, exclusivamente para pagamento dos valores devidos à contratada Edigráfica Grafica e Editora LTDA. (CNPJ nº 04.218.430/0001-35), conforme Nota Fiscal constante do doc. 074869411.

Processo nº 6017.2022/0033597-7 – Secretaria Municipal da Fazenda -Comissão Permanente de Averiguação Preliminar. Em face do que consta nos autos do processo nº 6017.2022/0033597-7, em especial o relatório da Comissão Permanente de Averiguação Preliminar (doc. 071810273), e o Parecer da SF/COJUR (076969471), com fundamento no inciso I do parágrafo único do Art. 5º do Decreto nº 43.558/2003, APLICO a pena de frequência a curso de aprimoramento profissional, ministrado pela Escola de Formação do Servidor Público Municipal, por período não inferior a 20 horas, em horário diverso da jornada de trabalho, à servidora Valdice Cirilo de Almeida da Silva, RF. 508.636.1.

Processo nº 6010.2022/0002643-7 - Fraternidade Rosacruziana São Paulo - CNPJ nº 62.926.332/0001-59 - Dação em Pagamento. À vista dos elementos coligidos no processo SEI! 6010.2022/0002643-7, em especial o parecer da Comissão da Dação em Pagamento (documento SEI! nº 075374115) que acolho, bem como das disposições do artigo 6º da Lei Municipal n.º 13.259, de 28 de novembro de 2001 e do artigo 4º do Decreto Municipal n.º 42.095, de 12 de junho de 2002, declaro que o Município não possui interesse em receber os imóveis ofertados no âmbito do sobredito processo, para fins de dação em pagamento de débitos tributários de interesse do contribuinte Fraternidade Rosacruziana São Paulo – CNPJ nº 62.926.332/0001-59.

GABINETE DO SECRETARIO

Instrução Normativa SF/SUREM nº 002, de 23 de janeiro de 2023

Altera a Instrução Normativa SF/SUREM nº 10, de 4 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o aplicativo Solução de Atendimento Virtual – SAV.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA , no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE :

Art. 1º O inciso I do artigo 1º-A da Instrução Normativa SF/SUREM nº 10, de 4 de dezembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º-A ”

I - Imposto Predial e Territorial Urbano, quando o valor a ser restituído for superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e decorra de alteração da notificação de lançamento, exceto nos casos em que não for possível a devolução pelo sistema de Devolução Automática de Tributos – DAT; ” (NR)

Art. 2º A Instrução Normativa SF/SUREM nº 10, de 2019, passa a vigorar acrescida do artigo 1º-E, com a seguinte redação:

“Art. 1º-E. A partir de 1º de janeiro de 2023, na ausência de disposição contrária, deverão ser protocolizados por meio do SAV os processos relacionados a:

I - pedidos de isenção do IPTU relacionados a:

a) agremiações desportivas;

b) excesso de área dos imóveis situados na área de proteção aos mananciais;

c) imóveis cedidos em comodato para fins educacionais por particulares (durante o prazo do comodato);

d) imóveis cedidos em comodato à Administração Direta e Indireta do Município de São Paulo (durante o prazo do comodato);

e) imóveis cedidos em comodato a entidades culturais (durante o prazo do comodato);

f) imóveis de propriedade de entidades culturais;

g) imóveis integrantes do patrimônio da Associação de Ex-Combatentes do Brasil;

h) imóveis pertencentes à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU;

i) imóveis pertencentes à Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB;

j) imóveis localizados na Zona Especial de Preservação Ambiental – ZEPAM ou Zona Especial de Interesse Social – ZEIS;

k) imóveis revestidos de vegetação arbórea;

l) Sociedades Amigos de Bairros;

II - pedidos de regime especial referentes a emissão de documentos fiscais, escrituração de livros fiscais e pagamentos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, previstos no artigo 163 do Decreto nº 53.151, de 17 de maio de 2012, bem como o seu recurso hierárquico.

§ 1º Os pedidos de isenção do IPTU relacionados aos demais enquadramentos continuarão a ser declarados no Sistema de Isenção de Aposentados – SIIA e no Sistema de Gestão de Benefícios Fiscais – GBF, conforme o caso.

</